



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2024016338 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - EXPEDIENTE DO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ESPERANÇA, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO PERITO JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA, PELA PERÍCIA REALIZADA NO PROCESSO Nº 0800191-87.2023.8.15.0171, MOVIDO POR : IRANI DIAS DE SALES, EM FACE DE IRACEMA DIAS DA COSTA SALES.

Data da Autuação: 07/02/2024

Parte: 1ª Vara Mista / Esperança e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411541

Nome original: Ofício (Outros) (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:55:48

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PROCESSO Nº. 0800197-07.2024.0171



Número: 0800191-87.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **07/02/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRANI DIAS DE SALES (REQUERENTE)			
IRACEMA DIAS DA COSTA SALES (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85043904	02/02/2024 12:18	<a href="#">Oficio (Outros)</a>	Oficio (Outros)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) **JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA** aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **IRANI DIAS DE SALES** é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme decisão em id. 75778293.

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0800191-87.2023.8.15.0171

1.1.2 Natureza da ação: Interdição

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 1ª Vara da Comarca de Esperança-PB

4 Autor (es): IRANI DIAS DE SALES CPF/CNPJ: 014.678.967-99

1.5.1 Réu (s): IRACEMA DIAS DA COSTA SALES CPF/CNPJ: 497.520.304-91



1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( x ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento ( x ) Finais

1.1.8 Valor arbitrado: **R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos)**

## 1.2. DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA

1.3.2 Endereço: RUA FRANCISCO BRANDÃO, 465, MANAIRA, JOÃO PESSOA-PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 9 9999-1928

1.2.4 CPF: 053.412.314-73

1.2.5. Banco: BANCO BRASIL 1.2.6. Agência: 1127-4 1.2.7 Conta corrente 8.971-0

1.2.8 Inscrição INSS: ou Inscrição PIS/PASEP: 1903968770-9

1.2.9 Inscrição no Conselho Competente: CRM-PB 7141 RQE-PB 4673

## 1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

1.3.3. Laudo Pericial



ESPERANÇA-PB, em 01 de Fevereiro de 2024.

---

Kelly Leite Agra  
Servidor Responsável  
Matrícula Nº. 4784952

---

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas  
Juiz (a) de Direito

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2024016338, nos termos da Lei 11.419. ADME.51522.88931.37071.39856-6  
Cecilio da Silva Inacio [034.462.764-08] em 07/02/2024 10:53





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411543

Nome original: Decisão (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:55:48

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PROCESSO Nº. 0800197-087.2

0171



Número: 0800191-87.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **07/02/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRANI DIAS DE SALES (REQUERENTE)			
IRACEMA DIAS DA COSTA SALES (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74335301	07/06/2023 11:56	<a href="#">Decisão</a>	Decisão





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

Processo n. 0800191-87.2023.8.15.0171

DECISÃO:

*Vistos etc.*

Trata-se de ação de interdição e curatela c/c pedido de curatela provisória proposta por **IRANI DIAS DE SALES** em face de **IRACEMA DIAS DA COSTA SALES**, todos devidamente qualificados nos autos, alegando que sua mãe é *"é portadora de hipertensão arterial sistêmica e doença de Alzheimer (CID 10 G30/I10), não havendo condição de gerir sua própria vida."*

A parte autora foi intimada para emendar à inicial para apresentar os fundamentos jurídicos do pedido, bem como para fundamentar ainda a curatela provisória, sob pena de indeferimento.

A promovente apresentou emenda às fls. 17/20.

**Decido.**

Inicialmente, **recebo** a emenda à inicial retro.

O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 preconiza que *"a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo", podendo ser concedida liminarmente ou após prévia justificação (art. 300, §2º).*



No caso, em que pese a parte autora tenha emendado à inicial para apresentar os fundamentos jurídicos do pedido, deixou de apresentar os fundamentos do pedido de curatela provisória, de modo que não é possível verificar a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.

Destarte, com fulcro no dispositivo legal mencionado, **indefiro** a tutela de urgência requerida.

Nos termos do artigo 751 do Código de Processo Civil, **designo** audiência de entrevista do interditando **para o dia 07/07/2023, às 10h**, a qual será realizada por videoconferência, através do programa ZOOM, e o link para acesso à sala virtual é o seguinte:  
<https://us02web.zoom.us/j/2370150306>.

Na hipótese de alguma parte não poder participar por videoconferência, deverá comparecer ao fórum, onde será ouvida com os cuidados necessários e também pela via eletrônica.

**Cite-se** o interditando para comparecer à audiência, advertindo-o de que, após a audiência, terá o prazo de 15 (quinze) dias para impugnar o pedido (art. 752, CPC), constituindo advogado e, caso não o faça, consigne-se que ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública como curadora especial (art. 752, §2º, CPC).

**Intime-se** o(a) Requerente através do(a) advogado(a) constituída nos autos.

**Notifique-se** o Ministério Público (art. 752, § 1º, CPC).

Por fim, **defiro** a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e ss., NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Cumpra-se, com as cautelas legais.

Esperança/PB, 5 de junho de 2023.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

**Juíza de Direito**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411542

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 05/02/2024 21:55:48

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PROCESSO Nº. 0800197-087.2024.0171



Número: 0800191-87.2023.8.15.0171

Classe: INTERDIÇÃO  
Órgão julgador: 1ª Vara Mista de Esperança  
Última distribuição : 07/02/2023  
Valor da causa: R\$ 1.302,00  
Assuntos: Curatela  
Segredo de justiça? NÃO  
Justiça gratuita? SIM  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRANI DIAS DE SALES (REQUERENTE)			
IRACEMA DIAS DA COSTA SALES (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85041691	01/02/2024 09:20	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
FÓRUM DR. SAMUEL DUARTE**

**EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE  
ESPERANÇA-PB**

**LAUDO MÉDICO-PERICIAL**

**Data da Entrevista:** 14/08/2023

**Processo nº:** 0800191-87.2023.8.15.0171

**Motivo:** Avaliação sobre Interdição

**Determinação:** Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Esperança

**Pericianda:** Iracema Dias da Costa Sales

**Acompanhante:** Irani Dias de Sales (Filha)

**Perito Médico Psiquiatra:** Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega

**1 - IDENTIFICAÇÃO:**

Pericianda, 73 anos, procedente de Areial-PB, segundo grau completo, casada, católica, aposentada.

**2 - MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO EXAME:**

Elaboração de laudo de avaliação sobre interdição cível por solicitação da Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas.

O exame foi realizado no Fórum Dr Samuel Duarte, em Esperança-PB.

Foram realizadas entrevistas com a pericianda e com sua filha (Irani Dias de Sales).

**3 - HISTÓRIA MÉDICA (Obtida em entrevista médica realizada em 14/08/2023 com pericianda e com filha):**

Filha informa que há aproximadamente 15 anos a pericianda já começou a evoluir com alguns esquecimentos. Relata que, com o tempo, de forma gradual, o prejuízo em memória foi se tornando mais perceptível. Nesse sentido, ela já esqueceu fogo aceso ao preparar refeições, compromissos, senha de banco, nomes de pessoas e de objetos. Diz que há aproximadamente 03 anos sua mãe vem cursando com piora mais expressiva em memória, além de maior alteração em capacidade de orientar-se. Afirma ainda piora em linguagem e em comportamento (por episódios de agitação e de hostilidade). Refere que ela tem acompanhamento



por neurologista, estando em uso de Excelon Patch (10mg/dia), Memantina (20mg/dia) e Donepezila (10mg/dia). Informa que, apesar do tratamento, sua mãe, atualmente, depende de auxílio para as mais diversas atividades da vida cotidiana. Esclarece que ela não faz compras, não realiza operações matemáticas e não agenda suas consultas médicas. Diz que até mesmo para medidas de higiene e para vestir-se, há necessidade de fiscalização. Nega histórico anterior ao que foi descrito de sintomatologia compatível com transtorno mental. Nega histórico de etilismo ou tabagismo. Refere que ela tem diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e de dislipidemia. Nega sobre outras comorbidades.

Pericianda colabora pouco com a entrevista.

**Exame do estado mental:** Pericianda vigil, desorientada em espaço (relata estar em Pocinhos-PB, durante a entrevista) e em tempo, atitude pouco colaborativa, afeto distanciado, discurso empobrecido, hipotenaz, com prejuízo em memória.

#### 4 - DIAGNÓSTICO:

A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificada em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).

#### 5 - CONCLUSÃO:

A pericianda é incapaz, permanentemente, de gerir, de forma eficiente e responsável, sua pessoa e seus bens. É incapaz, permanentemente, de exercer, de modo eficiente e responsável, atos da vida cível.

#### 6 - RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS PELO JUÍZO:

- A) É a interditanda portadora de doença física ou mental? **Resposta: Sim, doença mental.**
- B) É a interditanda possuidora de anomalia psíquica? **Resposta: Sim.**
- C) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? **Resposta: A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificado em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).**
- D) Em face do quadro clínico apresentado é a interditanda capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? **Resposta: Incapaz parcialmente de entender fatos e atos da vida civil, e de exprimir sua vontade. Incapaz, totalmente, de determinar-se.**
- E) É a interditanda total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? **Resposta:**



**A interditanda é totalmente incapaz de reger sua pessoa, de administrar seus bens, e de praticar os demais atos da vida civil.**

- F) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete a interditanda, quais são as características dessa doença? **Resposta: Caracteriza-se por declínio cognitivo, de evolução insidiosa. Com o tempo, espera-se prejuízo muito significativo, por exemplo, em memória, orientação, atenção, desenvolvimento de raciocínio e em capacidade de planejamento. Há também, frequentemente, evolução com oscilações em humor, manifestações psicóticas, mudança em padrão de sono e alteração comportamental; como atitude hostil, agitação e agressividade.**
- G) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? **Resposta: Sim.**
- H) A doença em questão tem prognóstico de cura? **Resposta: Não.**
- I) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? **Resposta: Não se aplica.**

Por ser esta expressão de meu saber e boa-fé, assino o presente.



*Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega*  
Perito Médico Psiquiatra – **CRM-PB 7141 RQE-PB 4673**

19 de novembro de 2023





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411540

Nome original: TA 0800191-87.2023.8.15.0171.pdf

Data: 05/02/2024 21:55:48

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PROCESSO Nº. 0800191-87.2023.8.15.0171





Número: 0800191-87.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **07/02/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRANI DIAS DE SALES (REQUERENTE)			
IRACEMA DIAS DA COSTA SALES (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75778 293	07/07/2023 10:48	<a href="#">TA 0800191-87.2023.8.15.0171</a>	Termo de Audiência



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ESPERANÇA**

**1ª VARA**

**Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram:@esperancacomarca**

**Processo: 0800191-87.2023.8.15.0171**

**TERMO DE AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Aos 7 de julho de 2023, nesta cidade de Esperança, Estado da Paraíba, na sala de audiências desta Vara, pelas 10:30h, perante a Dra. PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, MMª Juíza de Direito desta Vara, foi aberta a audiência nos autos da ação acima citada. Feitos os pregões de estilo, verificou-se o seguinte:

**PRESENTES**

**Promotora de Justiça: Dra. Ana Grazielle Araújo Batista de Oliveira**

**Autor(a): IRANI DIAS DE SALES, acompanhado da Defensora Pública Dra. Anaiza Silveira**

**Interditando(a): IRACEMA DIAS DA COSTA SALES**

**RESUMO DOS ACONTECIMENTOS**

**Abertos os trabalhos,** verificou-se a presença das partes acima nominadas no ambiente virtual Zoom. As partes foram esclarecidas e advertidas da sistemática adotada na realização do presente ato por videoconferência antes do início e não manifestaram qualquer oposição. **Após,** passou a entrevistar o(a) interditando(a), acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, conforme gravação disponível no sistema PJE MÍDIA. Cumprido o ritual do art. 752 do CPC, fica o(a) interditando(a) intimado(a) para, no prazo de quinze dias, querendo, apresentar impugnação ao pedido, podendo constituir advogado(a). Escoado o prazo sem qualquer manifestação, fica, desde já, nomeada a Defensora Pública **Dra. Ana Paula Miranda** como Curadora Especial, devendo os autos lhe serem remetidos para os devidos fins. Ademais, **nomeio** como perito o médico psiquiatra Dr. Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CRM/PB 7141, RQE 4673, cadastrado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço profissional na clínica Ativamente, localizada na rua Antônio Rabelo Júnior, 161, Miramar, João Pessoa/PB, telefone (83) 99999-1928. **Fixo os honorários periciais** em R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), nos termos do anexo I do Ato da Presidência n.43/2022, em consonância com a Resolução 09/2017 do Tribunal de Justiça deste estado. O perito deverá responder, além dos quesitos eventualmente apresentados pelas partes, aos seguintes: a) É o interditando portador de doença física ou mental? b) É o interditando possuidor de anomalia psíquica? c) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? d) Em face do quadro clínico apresentado é o interditando capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? e) É o interditando total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? f) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o interditando, quais são as características dessa doença? g) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? h) A doença em questão tem prognóstico de cura? i) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? (Neste quesito, o perito deverá especificar quais as atividades que o



interditando não consegue realizar sem auxílio, ex.: gestão do patrimônio, higiene pessoal, capacidade laboral, cuidados com a casa etc.) **Designo**, desde logo, a realização da perícia para o dia **14/08/2023**, no Tribunal do Júri desta comarca, **às 10:30h**. Presentes intimados em audiência. Com a entrega do laudo pericial, **requisite-se** o pagamento dos honorários periciais ao Tribunal de Justiça, na forma do Ato da Presidência n. 99/2017. Nada mais havendo a tratar, determinou-se o encerramento do presente termo que, depois de lido, segue assinado apenas por esta magistrada, que o digitou, dada a natureza do ato e circunstâncias excepcionais.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

**Juíza de Direito**

**[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]**





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.016.338

Requerente: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Interessado: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega – Perito Médico Psiquiatra

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800191-87.2023.8.15.0171, movida por IRANI DIAS DE SALES, CPF 014.678.967-99, em face de IRACEMA DIAS DA COSTA SALES, CPF 497.520.304-91, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 13/15, dos presentes autos.

Consultando o cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, é possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, encontra-se na situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800191-87.2023.8.15.0171, movida por IRANI DIAS DE SALES, CPF 014.678.967-99, em face de IRACEMA DIAS DA COSTA SALES, CPF 497.520.304-91, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800191-87.2023.8.15.0171

Classe: INTERDIÇÃO  
Órgão julgador: 1ª Vara Mista de Esperança  
Última distribuição : 07/02/2023  
Valor da causa: R\$ 1.302,00  
Assuntos: Curatela  
Segredo de justiça? NÃO  
Justiça gratuita? SIM  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRANI DIAS DE SALES (REQUERENTE)			
IRACEMA DIAS DA COSTA SALES (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85378037	08/02/2024 08:08	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.016.338, que autorizou o pagamento dos honorários em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos

autos do processo em referência.

